

IMPACTOS NOS TRIBUTOS IRPJ E CSLL ATRAVÉS DA EQUIPARAÇÃO HOSPITALAR COMO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

AUTORES

BELAFRONTÉ, Fernanda Carneiro

Discente da União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO

PEREZ, Leonardo Ramos

Docente da União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO

RESUMO

As clínicas médicas enfrentam alto custo tributário, considerando a opção pelo regime tributário do Lucro Presumido. É neste cenário que o planejamento tributário possibilita maximização da competitividade, redução dos custos e aumento da lucratividade por meio da aplicação da legislação e das regras fiscais e tributárias vigentes para o respectivo ramo de atividade. Assim: Quais os impactos da Equiparação Hospitalar numa clínica médica do interior do Estado de São Paulo? O objetivo da pesquisa é identificar os processos e procedimentos utilizados pela empresa, para enquadrar os serviços prestados por ela aos hospitalares, analisar a redução na carga tributária da empresa em questão devido ao enquadramento realizar análise comparativa entre o antes e depois da empresa se enquadrar na Equiparação Hospitalar. Os benefícios fiscais da equiparação hospitalar puderam garantir uma redução de aproximadamente 70,31% na carga tributária da empresa, ocasionando impactos positivos para o patrimônio e resultado de suas operações.

PALAVRAS CHAVE

Equiparação Hospitalar, Redução Impostos, Planejamento Tributário.

ABSTRACT

Medical clinics face high tax costs, considering the option for the Presumed Profit tax regime. It is in this scenario that tax planning makes it possible to maximize competitiveness, reduce costs and increase profitability through the application of legislation and tax rules in force for the respective field of activity. So: What are the impacts of Hospital Equalization on a medical clinic in the interior of the State of São Paulo? The objective of the research is to identify the processes and procedures used by the company, to classify the services provided by it to hospitals, analyze the reduction in the tax burden of the company in question due to the classification, carry out a comparative analysis between before and after the company fits into the Hospital Equivalency. The tax benefits of hospital equivalence were able to guarantee a reduction of approximately 70.31% in the company's tax burden, causing positive impacts on the assets and results of its operations.

1 INTRODUÇÃO

As clínicas médicas enfrentam alto custo tributário com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando que, normalmente são optantes pelo regime tributário do Lucro Presumido. Algumas destas empresas se equiparam à atividade hospitalar. A Lei nº 9.249/95 regulamenta o benefício fiscal para os hospitais, considerando a finalidade social que essas instituições possuem. Para a equiparação é necessário atender requisitos como: a) estar no regime tributário do Lucro Presumido; b) atender às normas da ANVISA; e c) realizar procedimentos clínicos, ambulatoriais, cirúrgicos e exames (SANTOS; GOMES, 2023).

O lucro presumido é um dos regimes tributários existentes no Código Tributário Nacional e possui uma carga tributária intermediária do ponto de vista dos tributos federais, estaduais e municipais. É o regime tributário que é apurado cumulativamente, isto é, não se credita de impostos federais (exceto IPI) e paga alíquotas menores que o Lucro Real (TOTVS, 2022).

Neste cenário que a contabilidade tributária surge e torna-se uma aliada para a transformação de clínicas médicas com intuito da redução da carga tributária (LUBK, 2008). O planejamento tributário possibilita maximização da competitividade, redução dos custos e aumento da lucratividade por meio da aplicação da legislação e das regras fiscais e tributárias vigentes para o respectivo ramo de atividade (CORRÊA, 2006).

A Equiparação Hospitalar pode ser solicitada por meio de duas vias: administrativa e jurisprudencial. Na via administrativa, o processo requer a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Neste caso, a clínica médica precisa se equiparar a um hospital em termos de estrutura física, equipamentos, salas preparadas e outros requisitos exigidos pelo órgão aprovador (CORRÊA, 2006). Por outro lado, por meio da jurisprudência, o foco recai na essência da atividade médica, sem a necessidade de uma estrutura física específica. Isso significa que a atividade médica pode ser realizada em ambientes hospitalares de terceiros, desde que atenda aos padrões e requisitos profissionais necessários (REBOUÇAS; MARI, 2023).

É neste contexto que surge a questão de pesquisa: Quais os impactos da Equiparação Hospitalar numa clínica médica do interior do estado de São Paulo?

Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) evidenciar o surgimento da redução da base de cálculo do IRPJ e CSLL para serviços hospitalares; b) identificar os processos e procedimentos utilizados pela empresa, para enquadrar os serviços prestados por ela aos hospitalares, assim como analisar a redução na carga tributária da

empresa em questão devido ao enquadramento; c) realizar análise comparativa entre o antes e depois da empresa se enquadrar na Equiparação Hospitalar (LUBK, 2008).

A Equiparação Hospitalar tem como objetivo econômico na redução de encargos tributários para empresas médicas. Com o atual crescimento da carga tributária no Brasil há uma maior busca pelo planejamento tributário das empresas. A busca por um planejamento também está relacionada diretamente com as constantes alterações na legislação tributária e exigências fiscais que quando descumpridas podem acarretar problemas (LOPES, 2023).

Essa pesquisa auxilia na divulgação do tema proposto e acrescentar à área de Ciências Contábeis, a fim de obterem um melhor entendimento sobre Equiparação Hospitalar, seus procedimentos e benefícios com a redução da base de cálculos do IRPJ e CSLL.

Mediante de todas as informações, veio o interesse do tema escolhido, para realizar um estudo ligado ao planejamento tributário de clínicas médicas, com base na equiparação dos serviços aos hospitalares, focando na legislação que ainda gera discussões, devido as empresas médicas que prestam a estes serviços terem a possibilidade da alteração do seu sistema tributário.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Regimes tributários

Uma das principais funções do Estado, definido na Constituição Federal, é equilibrar o efeito da tributação sobre a renda e o patrimônio das pessoas e empresas no país. No Brasil há três tipos de regimes tributários: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, contando aproximadamente 92 tributos, sendo impostos municipais, estaduais e federais. Alguns específicos para pessoa jurídica, outros para pessoa física ou também para ambos os contribuintes (SEBRAE, 2020).

Cada ramo de atividade se enquadra em um desses modelos de acordo com fatores como o porte da empresa, o tipo de atividade exercida e o faturamento. A opção pela tributação ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano, sendo irrevogável durante todo o ano. As características e finalidades de cada regime são:

- a) **Simples Nacional:** O simples Nacional é um regime tributário criado exclusivamente para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Com o objetivo de simplificar o pagamento da carga tributária, criado e instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006). O recolhimento dessa tributação é feito mensalmente por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). A tributação do Simples Nacional abrange até oito impostos diferentes na guia (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS, ISS e CPP) (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2023). No entanto, não são todas as empresas que podem ser enquadradas nesse regime tributário, embora seja a maior parte das empresas brasileiras. São para empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões (GOV, 2023). Esta conta é realizada sempre levando em consideração os últimos 12 meses de faturamento bruto da empresa, sem descontos e consulta prévia do enquadramento da atividade na tabela CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) (GULARTE, 2023).
- b) **Lucro Presumido:** O Lucro Presumido é um regime tributário em que a empresa faz a apuração simplificada do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) (FABRETTI, 2009).

Os requisitos para aderir ao Lucro Presumido são apenas que se fature abaixo de R\$ 78 milhões anuais e que não se opere em ramos específicos, como bancos e empresas públicas. têm alíquotas de imposto que podem variar de acordo com o tipo de atividade que exercem. As porcentagens vão de 1,6% até 32% sobre o faturamento (BALBINOT, 2014).

No Lucro Presumido são diversos impostos que precisam ser recolhidos e cada um podem variar entre mensal e trimestral. Os impostos apurados mensalmente aplicando-se a alíquota ao faturamento da empresa são: a) Impostos Sobre Serviços (ISS), de 2,5% a 5% de acordo com a cidade e serviço prestado; b) Programa de Integração Social (PIS), alíquota de 0,65%; c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sendo a alíquota de 3% (HIGUCHI, 2014).

Na apuração dos impostos trimestrais entram o IRPJ e CSLL são calculados apenas sobre o percentual de presunção e não sobre o faturamento total, conforme cada atividade da empresa (FABRETTI, 2009).

c) **Lucro Real:** O termo Lucro Real já faz parte da legislação tributária desde 1943, com a publicação do Decreto-Lei nº 5.844/43. Nesse regime apura-se qual o lucro real obtido pela empresa durante o ano-calendário, de modo que eventuais prejuízos, dispensarão o seu pagamento. Estão obrigadas ao lucro real as empresas que faturaram superiores a R\$ 78 milhões (LOPES, 2017).

Nesta modalidade é necessário ter uma rigorosa escrituração contábil, pois somente as despesas comprovadas poderão ser consideradas para fins de dedução ou compensação (LUBK, 2008).

2.1.1 Equiparação Hospitalar e seus benefícios

A Equiparação Hospitalar ficou conhecida o benefício tributário previsto nos artigos 15, §1º, inciso III, alínea “a”, e 20, inciso III, da Lei 9.249/1995. Esta Lei regulamenta o benefício fiscal para os hospitais, considerando o fim social que essas instituições possuem (OLIVEIRA JUNIOR, 2019).

Para a empresa de serviços médicos se equiparar é necessário atender os seguintes requisitos: a) estar no regime tributário do Lucro Presumido; b) atender às normas da ANVISA; e c) realizar procedimentos clínicos, ambulatoriais, cirúrgicos e exames. A equiparação hospitalar pode ser solicitada por meio de duas vias: administrativa e jurisprudencial (SANTOS; GOMES, 2023).

Na via administrativa, o processo requer a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Neste caso, a clínica médica precisa se equiparar a um hospital em termos de estrutura física, equipamentos, salas preparadas e outros requisitos exigidos pelo órgão aprovador (REBOUÇAS; MARI, 2023). Por outro lado, por meio da jurisprudência, o foco recai na essência da atividade médica, sem a necessidade de uma estrutura física específica. Isso significa que a atividade médica pode ser realizada em ambientes hospitalares de terceiros, desde que atenda aos padrões e requisitos profissionais necessários (CORRÊA, 2006).

A análise da Equiparação Hospitalar para clínica médica deve ser feita caso a caso. Será necessário verificar detalhadamente todas as atividades realizadas pela clínica, bem como toda a documentação, escrituração fiscal, societária e tributária. O trabalho precisa ser realizado com seriedade, ética e profissionalismo (SANTOS; GOMES, 2023).

A tributação das empresas optantes pelo regime Lucro Presumido utiliza-se uma base de cálculo de 32% sobre a sua receita bruta trimestral, para os impostos IRPJ e CSLL. Contudo para as empresas que se enquadrarem em atividades equiparadas, buscam a redução da base cálculo desses impostos. Portanto o IRPJ de 32% passa a ser 8% e o CSLL de 32% para 12%, podendo chegar a uma economia de 7,80% (CAETANO, 2020).

2.1.2 Prestação de Serviços

Conceitualmente dizendo, a prestação de serviço é uma atividade econômica onde não existe, efetivamente, um produto tangível como resultado. Como regra, este modelo de atuação conta sempre com um prestador, que é aquele que oferece o serviço em si, e um tomador, que é aquele que recebe a prestação de serviço mediante o pagamento de algum tipo de remuneração previamente combinado entre as partes (SOUZA, 2018).

É um tipo de bem produzido e consumido de forma simultânea, onde o consumidor não tem posse sobre ele – porque, ao invés de pagar pela propriedade, o consumidor paga pelo trabalho, disponibilização ou experiência ofertada pelo prestador de serviços (SENIOR, 2023).

A prestação de serviços está presente em diversos segmentos e camadas da sociedade. Alguns exemplos de tipos de serviços são: aluguel (imóvel, veículos, equipamentos), manutenção (consertos e reparos em geral), saúde (consultas médicas ou cuidados a domicílios) entre outros (BARROS, 2023)

Desse modo, é ideal pensar que é uma atividade que supre uma demanda, sem envolver mercadorias ou compra de produtos, ou seja, quando é solicitado um serviço prestado pelo consumidor, fala-se de uma função a ser realizada e não necessariamente irá envolver algum material (SOUZA, 2018).

Pois bem, o setor de prestação de serviços é um dos mais importantes para a economia: em 2021, cresceu 10,9% mesmo com a pandemia, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (WILLICH, 2023).

Além disso, contribui com cerca de 30% do PIB (Produto Interno Bruto), quem deseja contar com a prestação de serviços como estratégia gerencial está assegurado, visto que, não há perigo de sumir de um dia para o outro (BARROS, 2023).

Quando ocorre a prestação de serviços, conseqüentemente é emitido um Nota Fiscal de Serviços (NFS-e), feita por meio da prefeitura em que a empresa está registrada ou pelo portal nacional do gov.br/nfse.

Sobre essas notas fiscais, incide o tributo municipal - Imposto Sobre Serviços (ISS), cobrado das empresas que prestam serviços pelas prefeituras dos municípios que o serviço é realizado. A alíquota é definida pela cidade que foi prestada o serviço e pode variar de 2% a 5% (FEITOSA, 2021).

O ISS é recolhido a cada vez que emitir uma NFS-e nova, e a guia de recolhimento varia em cada regime tributário. No regime do Simples Nacional o imposto é recolhido juntamente na guia do DAS (Documento de Arrecadação do Simples), neste caso a taxa não é fixa, mas baseada no faturamento total do mês. Já os regimes Lucro Presumido e Lucro Real, para ambos o ISS é pago a cada serviço prestado e com alíquota que segue de acordo com a tabela de cada município onde o serviço foi realizado (TOTVS, 2023).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

As pesquisas científicas são classificadas seguindo alguns critérios. Gil (2017) menciona que elas precisam ser delineadas, isto é, possuírem um projeto inicial de investigação para depois serem classificadas metodologicamente embasando-as em sua abordagem, objetivos e etapas operacionais para que o pesquisador e leitor consigam ter uma noção do caminho percorrido e seja capaz de aplicar tais procedimentos metodológicos na resolução da questão de pesquisa contemplando todos os objetivos propostos.

Desta forma a respectiva pesquisa possui objetivos metodológicos exploratórios, abordagem qualitativa e finalidade aplicada em um estudo de caso. O estudo de caso conforme Yin (2015), é considerado uma abordagem

empírica que busca o estudo aprofundado de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, aperfeiçoando e estreitando as relações entre o fenômeno e a literatura.

Com intuito de responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, a coleta de dados contou com auxílio de uma empresa localizada no interior do estado de São Paulo que aderiu ao benefício da equiparação hospitalar. Ela será tratada com o pseudônimo de Clínica de Serviços Médicos. A empresa iniciou suas atividades em 23/12/2021, atuando no ramo de atividade médica ambulatorial, prestando atendimento que inclui consulta, exames e procedimentos cirúrgicos. Sendo estes os requisitos obrigatórios que se enquadram na Equiparação Hospitalar.

Inicialmente foi realizado um levantamento teórico em livros, sites e periódicos CAPES buscando por artigos científicos, resumos, reportagens e notícias com foco em planejamento tributário e Equiparação Hospitalar nas empresas, construindo deste modo o referencial teórico para a compreensão do assunto e posterior análise dos resultados. Para Lakatos e Marconi (2017) o levantamento teórico é desenvolvido com base no material exposto composto principalmente por livros e artigos científicos para investigar teorias sobre o assunto.

Na segunda etapa os dados foram coletados no departamento contábil e fiscal da empresa dentro do Software. Após os dados coletados serem considerados suficientes e se esgotarem todas as possibilidades de novas análises relevantes, os dados foram analisados.

Por fim, os resultados coletados com relação aos tributos pagos depois da adesão dos benefícios da Equiparação Hospitalar foram comparados caso a empresa não tivesse tais benefícios com intuito de analisar o impacto econômico/financeiro dos pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social realizados pela empresa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados coletados demonstram os impactos nos tributos IRPJ e CSLL através da equiparação hospitalar como planejamento tributário pela Clínica de Serviços médicos, assim como os resultados econômicos. A empresa objeto da pesquisa enquadrou-se na legislação da Equiparação Hospitalar janeiro de 2022 e foi realizada a verificação dos tributos a recolher.

O estudo de caso desta pesquisa foi realizado em uma empresa situada no interior de São Paulo, que realiza atividades de exames laboratoriais e clínicos. Ela iniciou o ano de 2022 já com o processo deferido de equiparação dos serviços prestados hospitalares possibilitando a redução da base de cálculo do IRPJ de 32% para 8% (oito por cento) e da CSLL de 32% para 12% (doze por cento).

A seguir será apresentado os respectivos cálculos fiscais para comparar dos impactos na redução dos impostos IRPJ e CSLL. Através do faturamento da empresa será aplicado os percentuais de presunção conforme determina as regras tributárias para apuração dos impostos das empresas enquadradas sob o Regime Cumulativo (Lucro Presumido). A Tabela 1 demonstrar o cálculo do Lucro Presumido sem Equiparação Hospitalar.

Tabela 1: Apuração de IRPJ e CSLL sem a Equiparação Hospitalar

LUCRO PRESUMIDO - SEM EQUIPARAÇÃO			
PERIODO	FATURAMENTO	PRESUNÇÃO - IRPJ – 32%	PRESUNÇÃO CSLL -32%
jan/22	37.302,00	1.790,50	1.074,30
fev/22	67.574,11	3.243,56	1.946,13
mar/22	74.242,36	3.563,63	2.138,18
abr/22	99.267,35	4.764,83	2.858,90
mai/22	115.831,81	5.559,93	3.335,96
jun/22	92.496,76	4.439,84	2.663,91
jul/22	102.531,97	4.921,53	2.952,92
ago/22	103.620,18	4.973,77	2.984,26
set/22	99.549,64	4.778,38	2.867,03
out/22	101.900,60	4.891,23	2.934,74
nov/22	101.690,14	4.881,13	2.928,68
dez/22	101.046,79	4.850,25	2.910,15
TOTAL	1.097.053,71	52.658,58	31.595,16

Fonte: o próprio autor.

É possível observar que a empresa pagaria um total de R\$84.253,74 de IRPJ e CSLL no ano de 2022 se não houvesse conseguido o respectivo benefício. Esse montante representa cerca de 7,68% do faturamento da empresa. Abaixo podemos vislumbrar o cálculo dos tributos IRPJ e CSLL da empresa pela Tabela 2, agora com os benefícios fiscais da Equiparação Hospitalar.

Tabela 2: Apuração de IRPJ e CSLL com a Equiparação Hospitalar

LUCRO PRESUMIDO - COM EQUIPARAÇÃO			
PERIODO	FATURAMENTO	PRESUNÇÃO - IRPJ – 8%	PRESUNÇÃO CSLL -12%
jan/22	37.302,00	447,62	402,86
fev/22	67.574,11	810,89	729,8
mar/22	74.242,36	890,91	801,82
abr/22	99.267,35	1.191,21	1.072,09
mai/22	115.831,81	1.389,98	1.250,98
jun/22	92.496,76	1.109,96	998,97
jul/22	102.531,97	1.230,38	1.107,35
ago/22	103.620,18	1.243,44	1.119,10
set/22	99.549,64	1.194,60	1.075,14
out/22	101.900,60	1.222,81	1.100,53
nov/22	101.690,14	1.220,28	1.098,25
dez/22	101.046,79	1.212,56	1.091,31
TOTAL	1.097.053,71	13.164,64	11.848,20

Fonte: o próprio autor.

É possível destacar que a empresa com a equiparação pagou um total de R\$25.012,84 de IRPJ e CSLL no ano de 2022, pois, aproveitou o benefício. Esse montante representa cerca de 2,28% do faturamento da empresa.

4.1 Impactos e Comparativo de cálculo

Após realizada a análise de maneira separada da apuração dos tributos IRPJ e CSLL, a Tabela 3 apresentará a diferença em percentual da economia do montante de tributos apurados.

Tabela 3 – Comparativo de economia tributária

TRIBUTOS	SEM EQUIPARAÇÃO	COM EQUIPARAÇÃO	ECONOMIA TRIBUTÁRIA
IRPJ	R\$ 52.658,58	R\$13.164,64	R\$ 39.493,93
CSLL	R\$ 31.595,16	R\$ 11.848,20	R\$ 19.746,96
TOTAL	R\$ 84.253,74	R\$ 25.012,84	R\$ 59.240,89

Fonte: Dados da pesquisa.

O comparativo apresentou uma redução anual de R\$ 59.240,89 em tributos (IRPJ e CSLL) cerca de R\$ 4.936,74 mensal. O impacto econômico para a empresa a longo prazo poderá influenciar significativamente em sua evolução patrimonial, econômica e financeira, pois, ela poderá aplicar ou reinvestir tais recursos em imobilizado, mão de obra qualificada, pagamentos de outros tributos como o ISS, Pis e COFINS. Realizar investimentos estruturais na empresa e na equipe.

Portanto, os benefícios fiscais da equiparação hospitalar puderam garantir uma redução de aproximadamente 70,31% na carga tributária da empresa, ocasionando impactos positivos para o patrimônio e resultado de suas operações.

Por fim, os dados coletados e analisados vão ao encontro da literatura apresentada por Lopes (2023) que menciona as reduções e economias de encargos tributários para empresas médicas com a equiparação hospitalar. Isso porque, o autor aborda que esse benefício é muito oferecido ou procurado nos escritórios de Contabilidade ou acessórias jurídicas, já que, o atual crescimento da carga tributária no Brasil contribui para a busca de alternativas de planejamento tributário nas empresas. Para Corrêa (2006) a busca por um planejamento tributário também está diretamente relacionada com exigências fiscais das obrigações acessórias que quando descumpridas ensejam em sanções fiscais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respectiva pesquisa foi capaz de concluir que o planejamento tributário através da Equiparação Hospitalar é uma alternativa que proporciona impactos financeiros positivos no médio e longo prazo, pois, a economia mensal e anual possibilita a realização de novos investimentos em infraestrutura, imobilizado, mão de obra qualificada, pagamentos de outros tributos conforme dados apresentados na Tabela 3.

A pesquisa conseguiu levantar achados relevantes para a literatura, empresas e sociedade em geral fortalecendo a importância do planejamento tributário para as empresas, uma vez que, com profissionais capacitados é possível conseguir elisões fiscais e consequentemente folgas nos fluxos de caixa. Portanto, devido à complexidade da legislação tributária brasileira, o planejamento tributário mostrou-se um forte aliado das empresas, cujo, objetivo é o pagamento justo dos tributos para o país.

Entretanto, é considerável destacar que a presente pesquisa possui suas limitações, como por exemplo, o estudo foi realizado em apenas uma clínica médica do interior do estado de São Paulo, podendo ser ampliados para mais estados e empresas com um faturamento maior. Sugere-se em pesquisas futuras a realização de planejamento tributário vislumbrando se mesmo com a equiparação hospitalar as empresas pagariam menos tributos se estivessem em outros regimes tributários como: Simples Nacional, Lucro Arbitrado ou Lucro Real.

6 REFERÊNCIAS

- BALBINOT, M. **Planejamento Tributário para um Posto de Combustível**. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.
- BARROS, L. **Prestação de Serviços: Conheça as Melhores Práticas na Contratação**. 2023. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/prestacao-de-servicos/>. Acesso em 21 de maio 2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de Setembro de 1943**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5844.htm. Acesso em 03 de set. de 2023.
- BRASIL. **LEI Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm >. Acesso em: 11 mar. 2023.
- BRASIL. **LEI Nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9249.htm. Acesso em 29 de maio de 2023.
- CAETANO, R. **Redução legal de tributos para clínicas e laboratórios médicos**. Disponível em: <https://www.apolinarioediegoadv.com.br/blog/httpswwwapolinarioediegoadvcombradminbloginscription86>. Acesso em 03 de set. de 2023.
- CORRÊA, A. C. M. Planejamento Tributário: ferramenta estratégica da gestão empresarial. **Revista Brasileira de Contabilidade**. v.35, n. 158, p 57-73, 2006.
- FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 11. Ed.- 2. Reimpr.: São Paulo: Atlas, 2009.
- FEITOSA, A. **O que é ISS, como calcular esse imposto e quem precisa pagar?**. 2021. Disponível em: <https://conube.com.br/blog/o-que-e-iss/>. Acesso em 25 de out. de 2023.
- GESTÃO CONTADORES. **É possível fazer a equiparação Hospitalar de uma Clínica Médica? Saiba como pagar menos impostos**. Disponível em: <https://www.gestaocontadores.com.br/equiparacao-hospitalar>. Acesso em 21 de fev. de 2023.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GOV, **Finanças, Impostos e Gestão Pública**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/optar-pelo-simples-nacional>. Acesso em 24 de jul. de 2023.
- GULARTE, C. **CNAE: O que é? Como consultar? Como se enquadrar no Simples Nacional?** 2023. disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-cnae/>. Acesso em 07 de set. de 2023.
- HIGUCHI, H. **Imposto de Renda das Empresas: Interpretação e Prática: Atualizado** <https://prox.com.br/blog/empreendedorismo/o-que-e-prestacao-de-servico/>. Acesso em 21 de maio 2023.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2017.
- LOPES, C, FILHO, L. A. S, SILVA, R. A e SANTOS, F. A; et al. Planejamento tributário: estudo de caso sobre lucro presumido e lucro real. **Revista Liceu On-Line**, v. 7, n. 1, p. 6-27, 2017.
- LUBK, E. **O planejamento tributário de clínicas médicas através da equiparação hospitalar: um estudo de caso na Clínica Oncológica Ltda**. 2008.
- Nota Fiscal Eletrônica: tudo o que você precisa saber. <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/nota-fiscal-eletronica-tudo-o-que-voce-precisa-saber.b3310d49ac0f3510VgnVCM1000004c00210aRCRD>, 2023.
- OLIVEIRA JÚNIOR, A. S. **O conceito de serviços hospitalares e equiparados na lei nº 9.249/95: uma análise à luz do princípio da igualdade**. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

PORTAL TRIBUTÁRIO. Simples Nacional – 2023. disponível em: <https://www.portaltributario.com.br/guia/simplesnacional.html>. Acesso em 07 de set. de 2023.

REBOUÇAS, D. F.; MARI, J. M. G. **Equiparação hospitalar para fins de redução da carga tributária em até 70% para clínicas e laboratório médicos**. Disponível em: <https://www.fukuireboucas.com.br/equiparacao-hospitalar-para-fins-de-reducao-da-carga-tributaria-em-ate-70-para-clinicas-e-laboratorios-medicos/>. Acesso em 18 de mar. de 2023.

SANTOS, L. A.; GOMES, R. **Saiba como funciona a redução de tributos para clinicas médicas equiparada à hospital**, 2023. Disponível em: <https://aurelianosantos.com.br/noticias/saiba-como-funciona-a-reducao-de-tributos-para-clinicas-medicas-equiparadas-a-hospital-JmjAa#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%209.249%2F95,a%20ser%20pago%20nesses%20tributos>. Acesso em 18 de mar. de 2023.

SEBRAE. **Conheça os três Regimes tributários**: Saiba o que é o regime tributário, os três que existem e as vantagens que eles oferecem para sua empresa. 2020. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/conheca-os-tres-regimes-tributarios,1ddf8178de8c5610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 07 de set. de 2023.

SENIOR. **Prestação de Serviços**: o que é, como funciona e os desafios. 2023. Disponível em: <https://www.senior.com.br/blog/prestacao-de-servicos-o-que-e-como-funciona-e-os-desafios>. Acesso em 21 de maio 2023.

SOUZA, R. **O que é prestação de serviço?**, 2018. Disponível em: 2018. Disponível em: <https://prox.com.br/blog/empreendedorismo/o-que-e-prestacao-de-servico/>. Acesso em 21 de maio 2023.

TOTVS. **ISS**: o guia completo do Imposto Sobre Serviços. 2023. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/adequacaolegislacao/iss/#:~:text=Como%20funciona%20o%20ISS%3F,o%20prestador%20registrou%20sua%20opera%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 25 de out. de 2023.

TOTVS. **Planejamento tributário**: o que é, importância, tipos e como fazer. 2022. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/adequacao-a-legislacao/planejamento-tributario/>. Acesso em 18 de mar. De 2023.

WILLICH, J. **Prestação de serviços**: o que é, quais são os tipos e como é feita. 2023. Disponível em: <https://www.produtivo.com.br/blog/guia-para-prestacao-de-servicos/>. Acesso em 21 de maio de 2023.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Bookman, 2015.

ZANGIROLAMI, A. **Planejamento Tributário**: Estudo realizado em uma empresa que atua no ramo de comércio varejista de combustíveis. 2010.